

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS MILITARES BRASILEIRAS

INCLUSIVE EDUCATION IN BRAZILIAN MILITARY SCHOOLS

Janiara de Lima Medeiros ¹

Jorge Henrique da Costa Rabelo ²

RESUMO

Este trabalho é o recorte de uma pesquisa em andamento sobre a educação inclusiva nos Colégios Militares brasileiros, cuja estrutura prima pelo desempenho individual de estudantes com diversas Necessidades Educacionais Especiais (NEE), sejam eles portadores de necessidades especiais físicas, mentais e psicológicas, sensoriais e como também os que possuem conceito de altas habilidades no sistema regular comum de aprendizagem (superdotação). Em Silva (2010) e Medeiros (2019, 2021) identifica-se uma necessária revisão e readaptação de infraestruturas e das políticas pedagógicas e curriculares.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Necessidades Especiais; Colégio Militar.

ABSTRACT

This work is part of an ongoing research on inclusive education in Brazilian Military school, whose structure excels in the individual performance of students with different Special Educational Needs (SEN), whether they have special physical, mental and psychological, sensory and as well as those who have a concept of high skills in the common regular learning system (giftedness). In Silva (2010) and Medeiros (2019, 2021) a necessary review and readaptation of infrastructure and pedagogical and curriculum policies is identified.

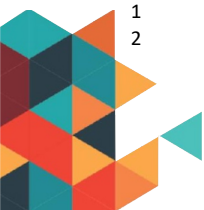
Keywords: Inclusive Education; Special needs; Militar School.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva no Brasil não é um projeto recente. No entanto, a sua concretização ainda possui um longo caminho a percorrer. Embora seja determinado pelo governo brasileiro a proposta da educação inclusiva, longa é a distância à concretização pela rede pública, as matrículas dos portadores de necessidades especiais a que se refere a inclusão. Sejam eles portadores de necessidades especiais físicas, mentais e psicológicas, sensoriais e como também os que possuem conceito de altas habilidades no sistema regular comum de aprendizagem (superdotação).

1 Mestre em Educação – UFF, jani.medeiros.educacao@gmail.com

2 Graduando em Pedagogia – UCB, pedagogorabelo@yahoo.com



O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser oferecido aos alunos que apresentem as características supracitadas aos quais, deve ser realizada a sua inclusão no sistema regular de ensino devidamente assistido por profissionais das áreas da educação e da saúde.

No entanto, diante da realidade dos Colégios Militares, cuja estrutura de meritocracia prima pelo desempenho individual, os estudantes com diversas Necessidades Educacionais Especiais (NEE) deverão ser incluídos a partir de uma revisão e readaptação de infraestruturas, das políticas pedagógicas e curriculares deste sistema de ensino.

Neste contexto é que esta pesquisa se objetiva a conhecer a história da educação inclusiva nas escolas militares brasileiras e, desta forma, seja possível compreender o desafio da inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva pois reuniu e analisou muitas informações sobre o assunto estudado (Lozada, 2018). Quanto ao procedimento, a pesquisa foi bibliográfica, devido ter agregado uma vasta quantidade de bibliografias relacionadas ao tema de estudo (Lakatos, 2017) e, ainda, documental, por ter analisado documentos que ainda não tinham sido problematizados enquanto pesquisa (Gil, 2002).

Dois movimentos complementares que corroboram com a ampliação de diálogos acerca da instituição militar, enquanto espaço educativo – com a sensibilização da temática da inclusão para além dos muros escolares regulares. Uma discussão que tem potência para motivar os educadores a atuarem nesta instituição de ensino e contribuir para o fortalecimento da educação nacional.

METODOLOGIA

Quanto aos caminhos metodológicos e uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e de instrumentos para coleta de dados, destaca-se que a pesquisa foi iniciada com o levantamento histórico acerca do assunto e encontra-se em andamento e uma das fases preliminares de levantamento de dados e bibliografias.

Referente à metodologia utilizada, pode-se afirmar que, a partir das contribuições de Malheiros (2011), quanto à natureza, a pesquisa buscou ser pura, pois alcançou novos conhecimentos, contribuindo com a ciência. Quanto ao paradigma, a abordagem da pesquisa foi qualitativa, pois realizou uma interpretação na visão do pesquisador, segundo Creswell (2010), e altamente conceitual, como direciona Lozada (2018).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Várias ações políticas de nível internacional e nacional vieram para assegurar, promover, endossar e reafirmar direitos que foram conquistados num arcabouço histórico de lutas e conquistas. Fernandes (2013, p. 53) relembra que as filosofias da Revolução Francesa (1789), na qual procuraram reconhecer acerca “dos valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade entre os homens” propiciaram para que no ano 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos “fosse promulgada Organização das Nações Unidas – ONU, na qual “houvesse a propagação do documento; passando a

inspirar,” a partir daí, as políticas públicas³ e os instrumentos jurídicos da grande maioria dos países”. Nesse documento, é assegurada a liberdade, preconizando a noção de igualdade em direitos e a liberdade para usufruirmos da atitude de opinar e de se expressar; não se restringindo apenas o campo escolar, mas em todas as áreas da sociedade. Em endossado que o procedimento entre os indivíduos precisa ser de natureza fraterna, segundo ONU (1948). Silveira e Silva (2014, p. 61) analisa que a partir dessa Declaração, foi estabelecida que “a educação é uma valiosa ferramenta para o crescimento pessoal, conferindo-lhe o status de um direito de múltiplas faces”. Podemos também destacar em nível internacional, a promulgação em dezembro de 1975 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (Resolução ONU nº 2.542/1975) que teve como alguns dos objetivos os de “assegurar os direitos das pessoas com deficiência, no que diz respeito, principalmente: à dignidade humana, aos direitos civis e políticos” (Silva, 2010, p. 60). Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal do Brasil para objetivava a instituição do:

Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. (Silva, 2010, p. 67).

Todo esse movimento de inclusão tem atingido a sociedade, como um todo e suas leis impactaram a educação básica dos Colégios Militares⁴. Neste sentido, Cardoso (2016, p. 233) atribui “as profundas mudanças vividas pela sociedade brasileira, no que tange às políticas públicas de educação e no período das últimas décadas” o fator da redefinição do contexto em que se situam os Colégios Militares. Foi evidenciado pelo senhor general Campos, enquanto chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEX, afirmou em entrevista à revista Da Cultura (2016), que considera que desde “maio de 2010, o Estado-Maior do Exército – EME, Órgão de Direção Geral da Força Terrestre, deu partida ao Processo de Transformação do Exército” (Campos, 2016, p. 05).

Dentre as áreas a serem ocorridas mudanças, destacam Campos (2016, p.05) “doutrina, preparo e emprego, educação e cultura gestão de recursos humanos”. Para garantir tal feito, “o DECEX recebeu do EME a missão de gerenciar o Projeto Estratégico Estruturante “Nova Educação e Cultura do Exército” (PENEC), que reúne [...] subprojetos (Campos, 2016, p. 05).

Mello (2019, p.100) considera que:

Um marco importante é registrado em dezembro de 2014, quando pela primeira vez o termo “educação inclusiva”, aparece na Portaria nº 1.507 que aprova o Plano Estratégico do Exército 2016-2019. O presente documento, configura-se como um trilha a ser seguido, nele são alinhadas metas, objetivos e ações estratégicas no âmbito do EB, a fim de propor linhas de ação em prol do desenvolvimento e efetivação dos projetos das instituições membro do EB. Encontramos no objetivo estratégico específico (OEE) número 13, em que trata de aspectos relativos a “Fortalecer a Dimensão Humana”, a estratégia 13.1, denominada “Desenvolvimento de ações de apoio à família militar”, tal

³ “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (Perters, 1986 com citado em Souza, 2006, p.5)

⁴ Acerca da necessidade de mudança para a inserção da educação na perspectiva inclusiva, dentro dos Colégios Militares, Silveira e Silva (2014) prescrevem que era imperioso “rever a legislação referente ao ensino no âmbito do Exército Brasileiro e, principalmente, estabelecer normas e critérios de valorização diferenciadas” (p.67).

estratégia geral, prevê como “ação estratégica” revitalizar o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), a qual traz como uma das atividades impostas prosseguir no projeto de educação inclusiva.

Concernente a eles, Campos (2016, p. 6) afirma que:

- A Revitalização do Sistema Colégio Militar do Brasil visa à adequação da infraestrutura existente nos Colégios Militares (CM), à modernização do ensino e à educação inclusiva.

- A Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil, inicialmente implantada no Colégio Militar de Belo Horizonte e no Colégio Militar de Brasília, tem por objetivo operacionalizar o ingresso, a partir de 2016, de alunos com deficiências nos CM compatíveis com o Projeto Pedagógico do SCMB e capacitar, em Educação Inclusiva, o corpo docente e os agentes de ensino, da administração e da saúde.

A primeira providência através do Exército Brasileiro, referente à educação inclusiva, teve na gênese, a elaboração de um Grupo de Trabalho – GT (Lima et al, 2018). Sua finalidade foi analisar de maneira reflexiva e levantar ações que propiciem a admissão de estudantes que apresentem deficiências no Sistema Colégio Militar do Brasil, através da Portaria nº 112-EME, de 26 de junho de 2013 (EME, 2013). De acordo com D’osso (2019, p.07), esse GT foi “o marco para a Educação Inclusiva nos Colégios Militares”. A atribuição composta do GT, não teve o nome dos integrantes e sim, a formação e função que precisava para a atribuição técnica; fora formada por uma equipe multidisciplinar na qual entre seus membros existiram componentes do campo jurídico e educacional, teve sua premissa de que “não ensejará qualquer remuneração para os seus integrantes, e os trabalhos nele desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público.” (EME, 2013, p.22).

Através da Portaria nº 1833-EME, do dia 6 de setembro de 2013, saiu em Boletim do Exército, uma Diretriz Reguladora das ações que o GT precisaria desenvolver, tendo como finalidade: “Regular as atividades a serem desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho (GT) destinado a estudar e propor medidas referentes ao ingresso de alunos com deficiência no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB)” (EME, 2013a, p.29). Os relatórios advindos e construídos por eles, resultaram na explicação de “que Educação Inclusiva no SCMB era viável e factível, seguindo o planejamento que faseava a sua execução” (D’OSSO, 2019, p.07) Após essa decisão, surge a Portaria nº 246 – EME, com a data de 16 de outubro de 2014, na qual aprova a Diretriz de Implantação do Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) - 2014 e dá outras providências, segundo Lima, et al, (2018). No ano seguinte, 2015, vem a Portaria nº 061 do Comandante do Exército – CmtEx, que insere “o Parágrafo único no art. 44 do Regulamento dos Colégios Militares (R-69) com a seguinte redação” (Lima et al.,2018, p. 2):

Parágrafo único. O SCMB admitirá, a partir de 2016, o ingresso de candidatos com necessidades educacionais especiais, oriundos de processo seletivo ou não, conforme definido nas Normas para o Ingresso de Candidatos com Necessidades Educacionais Especiais nos Colégios Militares Integrantes do Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil, a serem propostas pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército e respeitando as demais condicionantes previstas neste Regulamento. (Brasil, 2008, p.14)

Nesse mesmo ano, pela Portaria nº 098 – Cmt Ex, do dia 13 de fevereiro de 2015 houve a autorização para a implementação das Normas para o Ingresso de Candidatos com Necessidades Educacionais Especiais nos Colégios Militares, (CM), integrantes do Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), segundo Lima et al., (2018). O autor afirma que a funcionalidade do documento é a de:

[...] estabelecer as condições para admitir, em caráter de transição, a matrícula de candidatos com necessidades educacionais especiais nos Colégios Militares (CM) que se enquadrarem, a partir de 2016, no Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), em conformidade com as fases de implantação do Plano Estratégico do Exército (Brasil, 2015a como citado em Lima et al., 2018, p. 2)

Assim sendo, Lima *et al.* (2018) menciona que a implantação da perspectiva educacional inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil sucedeu de maneira gradativa e com adaptações. Diante desse laboroso trabalho e custos das medidas pensadas pelos componentes do Grupo de Trabalho (fruto do relato que eles produziram), além do que, o SCMB ser numeroso, expandido por todo o Brasil; escolheu-se o distribuir em etapas para o prosseguimento “do Projeto de Educação Inclusiva no SCMB, de modo que a cada ano dois colégios serão incluídos,” (Lima, *et al.*, 2018, p. 2).

Para que sejam assegurados os direitos daqueles indivíduos alvos da educação especial inclusiva, precisamos refletir que não apenas as leis são garantidoras desse acesso. (Braz, 2017).

Do mesmo modo, deve ser alvo da preocupação de governantes, especialistas e da sociedade, o completo amparo estrutural e logístico que envolva, o acesso, a permanência, a mobilidade e a atuação desses alunos no ambiente escolar (Braz, 2017, p. 36).

Evidenciando isso, em 2016, a Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial elaborou o documento Rendimento Escolar e Procedimentos Pedagógicos. Gonçalves (2016) se refere ao material como “a coletânea documental e as análises consubstanciadas em uma série história de mais de 11 anos de pesquisas a respeito das práticas pedagógicas no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB)”, segundo Gonçalves (2016, p.4). Em seu capítulo 3 para tratar acerca da Educação Especial no Sistema Colégio Militar do Brasil, temática esta que foi implementada mediante o resultado de aportes referente às leis assegurando a inclusão dos estudantes nas escolas brasileiras.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os documentos basilares que respaldaram essa inclusão são inspirados e acordados através de cunho nacionais e internacionais, onde é destacado a Política Nacional de Inclusão. Nesse arcabouço documental, é afirmado que no ano de 2013, é desenvolvido o Projeto de Educação Especial e Inclusiva. A respeito disso, é citado que:

Para que todo esse projeto alcance as metas desejadas e previstas no Projeto Pedagógico, a Assessoria Especial de Gestão de Projetos (AEGP) da DEPA vem cuidando da parte de acessibilidade dos Colégios Militares e a Seção de Ensino, da adaptação curricular para o que se refere à inserção da educação especial.

É mencionado nesse documento que para a elaboração das Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB, ocorreu aparceramento acadêmico e fraterno com o Instituto Helena Antipoff, na cidade do Rio de Janeiro, (porém não informado uma data de tal feito); na qual visam a luta e o trabalho para o aprendizado de crianças e adolescentes com deficiência. Isso inclui a formação e capacitação dos docentes para o ofício em salas de aula e nos atendimentos educacionais especializados.

A DEPA aconselhou aos Colégios Militares a lerem o documento mencionado, além de registrar que o corpo técnico do Instituto estará a disposição para colaborar na introdução da Educação Especial, estendendo até a sua realização no Sistema Colégio Militar do Brasil. Caso haja alguma indagação sobre tal introdução ou algo que precise de orientação, pode ser procurado o DEPA, na parte do ensino.

Podemos evidenciar através dessa publicação abaixo, que consta na página do Portal do CMRJ; a qual foi disponibilizada de acesso ao público, uma palestra com o Instituto Helena Antipoff (IHA) para tratar sobre a inclusão e sua importância. O provimento de informações que possibilitem a formação continuada e possíveis respostas para eventuais dúvidas no campo da prática docente é apresentada por Fernandes e Orrico (2012, p.18) com a qual afirma que “a necessidade da resposta e o desejo do conhecimento iniciam modos e processos de busca de entendimento e transformação da realidade”.

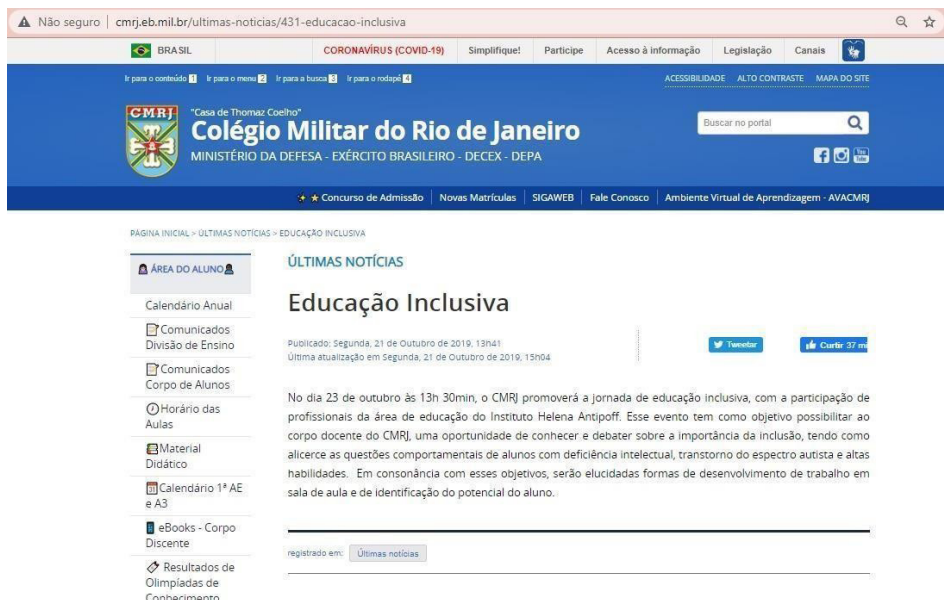


Figura 1: Divulgação de evento presencial em 2019 no CMRJ

COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO. SEMANA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Disponível em: <http://www.cmb.eb.mil.br/index.php/artigos/455-sembanda-da-inclusao>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Com o objetivo de evidenciar a preocupação do Exército Brasileiro numa formação que contemple uma capacitação e reflexão do assunto da educação inclusiva, temos o Centro de Estudos de Pessoal do Exército e Forte Duque de Caxias (Leme - Rio de Janeiro); como um Estabelecimento de Ensino, de

referência para o tema, segundo Celestino (2017, p.29) sugere:

O tema da educação inclusiva e sua implementação no Sistema Colégio Militar do Brasil tem se apresentado no cotidiano de trabalho na instituição de ensino superior acima referida, considerando a aproximação junto aos alunos matriculados nos cursos Lato Sensu de Psicopedagogia e Coordenação Pedagógica, os quais ao concluírem a formação serão alocados nas diversas organizações militares de ensino vinculadas ao Exército Brasileiro e dentre estas, nos Colégios Militares sediados em todo o Brasil, instituições estas, que possuem como demanda crescente, a incorporação de crianças e adolescentes com deficiência e/ou com necessidade educativas especiais.

Porém, esta atuação será em ambientes militares, na parte de ensino (Ribeiro, 2017). “Dessa forma, podemos designá-lo como Psicopedagogo Militar, pois se trata de oficial de carreira especializado, por meio de uma pós-graduação lato sensu, com enfoque na sua futura atuação” (Ribeiro, 2017, p. 55).

Nessa organização militar que se destina ao “ensino e pesquisa em Ciências Humanas do Exército Brasileiro” (Cunha, 2017, p.11). A autora defende que “é justamente na pesquisa que o CEP/FDC aproxima o Exército Brasileiro da sociedade e da comunidade acadêmica” (Cunha, 2017, p.11). Gil (2017, p.13) endossa que no ano de 2017⁵, a temática foi “Educação Inclusiva: Avanços e Desafios, questão de grande importância para a Educação no Brasil”. A justificativa apresentada por Gil (2017, p. 13) foi a seguinte: “o tema ganha maior relevância ainda tendo em vista a demanda crescente nos Colégios Militares para que recebam alunos com necessidades especiais”.

Bergamo (2010, p.12) frisa o assunto da pesquisa, classificando que “um dos princípios científicos e educativos mais significativos para a construção do conhecimento”. É através dela, que ocorrerá os meios para a investigação da educação especial, que podem contribuir para uma mais acertada execução da situação real da educação, considerando que há uma variedade de estudantes que frequentam, com a finalidade de proporcionar o conhecimento as sapiências que fazem parte das ações curriculares, afirma Bergamo (2010).

O autor, preconiza a inquietude frente aos cenários que nos âmbitos de inclusão, almejam o foco de dedicação à resultados educacionais mais assertivos. Fernandes e Orrico (2012) revelam que a determinação de decretos e leis advindos da promulgação da Constituição Federativa de 1988, houve uma proporcionante de direitos e acessibilidades. Concernente a última citada, ela “se constitui como uma quebra de paradigmas, de uma perspectiva meramente adaptacionista da pessoa com deficiência para uma perspectiva de direito e de funcionalidade” (Fernandes & Orrico, 2012, p.99). Os autores afirmaram que:

O termo acessibilidade no campo das práticas e políticas voltadas para a pessoa com deficiência inicialmente configurou-se como específico às pessoas com deficiências físicas e dificuldades locomotoras em seus desafios para lidarem com as barreiras impostas pelo mundo físico.

5 Nesse ano, ocorreu o 2º Desafio Global de Conhecimento, nos dias 04 à 07 de outubro; com o tema Inclusão e Acessibilidade. Tal atividade, reuniu aproximadamente 400 estudantes dos 13 CM da época. (Barros, 2017). Ali houveram “ cinco atividades distintas: Feira de Ciências, Feira de Robótica, Olimpíada de Matemática, QUIZ (jogos de perguntas e respostas) e uma Simulação de Órgãos das Nações Unidas, denominado Mundo CM.” (Barros, 2017, p. 8). Podemos destacar que o CMRJ apresentou o trabalho na “Feira de Ciências” de “Mapa tátil para inclusão” e na área da “Robótica”, foi a “CMOVA – cadeira motorizada de movimento por arduino” (Barros, 2017, p. 14-15)

Todavia, pensar no “completo aparato estrutural e logístico que envolve o acesso, a permanência, a mobilidade e a atuação desses alunos no ambiente escolar deve também ser priorizados por governantes, especialistas e sociedade” (Braz, 2018, p. 23). Isso inclui:

[...] todo o conjunto de alterações arquitetônicas necessárias às instalações, a criação de espaços com recursos multifuncionais, a aquisição de materiais pedagógicos adequados, a contratação e capacitação de profissionais para atuar em projetos pedagógicos individualizados e de adaptação curricular, ou seja, todas as medidas necessárias para criar melhores condições de acessibilidade, atuação e aproveitamento do ambiente escolar por parte dos alunos com necessidades educacionais especiais. (Braz, 2018, p.24)

As Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB - DPEE/SCMB (2015, p. 03), elenca quais documentos foram referenciais para essa elaboração dentre eles, Constituição Federal de 1988 - CF, nos artigos 208 e 227; Lei n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN; Declaração de Salamanca/1994. Segundo essas diretrizes, entende-se que é a partir da LDBEN- 9394/96 e da CF 88 que serviu como marco histórico e legal para a inclusão nos colégios militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O incremento da educação inclusiva no Sistema Colégio Militar Brasileiro (SCMB) começou a ser implementado gradualmente. Além dos custos operacionais a fim de materializar esta nova realidade aos treze Colégios Militares que compõem o sistema. Neste cronograma de implantação, segundo o Projeto Educação Inclusiva no SCMB do Departamento de Educação e Cultura do Exército (BRASIL, 2014), constam do planejamento o CMB e CMBH (2016), o CMRJ e CMPA (2017), o CMF e CMR (2018), o CMJF e CMCG (2019), o CMS e CMSM (2020) e o CMC e CMM (2021).

Braz (2017) tratou sobre os procedimentos administrativos no CMRJ que decorreram para que recursos fossem disponibilizados. Sejam humanos, materiais e financeiros (Braz, 2017, p. 36). Acerca deles, é explicado pelo autor:

Dentre os principais aspectos a serem explorados na presente construção, destacam-se as possíveis adaptações estruturais nas instalações do CMRJ, bem como, o planejamento e administração dos recursos financeiros destinados à aquisição de materiais e a especialização⁶ dos agentes de ensino para a consecução desse processo (Braz, 2017, p.36).

⁶ A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (Mantoan, 2006, p. 57).

O CMRJ possui uma revista pedagógica de divulgação pública com assuntos interdisciplinares no formato de artigo científico, a Revista Babilônia. Em sua edição mais recente, contém um artigo que trata sobre inclusão em ambiente de bibliotecas. Lopes (2019) que o escreveu menciona a biblioterapia como ferramenta de inclusão e a importância da formação para bibliotecários a fim de atuarem em espaços que contenham público com necessidades especiais de natureza motora ou intelectual, apoiando-se na legislação do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015.

As linhas iniciais desta pesquisa apontam a complexidade e a necessidade do tema que direcionam a necessidade de conhecer a história da educação inclusiva no SCMB, sua realidade e diagnósticos. Em seguida, a elaboração do planejamento estratégico direcionando aos objetivos dos Exército Brasileiro em concordância com a sua Missão fazem-se fundamentais à construção constante atualização.

A função do Atendimento Educacional Especializado (AEE) visa a complementação da educação escolar do aluno através da disponibilização de recursos de acessibilidade, estratégias e serviços que possam eliminar os óbices ao desenvolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem e à participação do cidadão na sociedade.

Para tanto, a formação do profissional que atua com AEE deve ser priorizada tanto por meio da formação continuada, da sua valorização e com a construção de materiais teóricos (de pesquisa) e práticos (que possam ser aplicados no processo de ensino-aprendizagem).

Outro fator fundamental a que se direciona esta pesquisa é o de levantamento de dados das necessidades especiais identificadas nos colégios militares brasileiros e como foram realizados seus respectivos atendimentos.

Concomitantemente torna-se fundamental o acompanhamento da Política Nacional de Educação Inclusiva dos Colégios Militares com as portarias e legislação vigentes. Segundo o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, a oferta do AEE deve ser realizada de tal forma a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Além disso, o mesmo Decreto define os objetivos do AEE pelos quais as escolas brasileiras devem buscar.

REFERÊNCIAS

- Barros, Otávio Santana do Rêgo. (dez. 2017). Desafio Global do Conhecimento. *Revista Verdeoliva – Desafio Global do Conhecimento: Inclusão e Acessibilidade*. Brasília, Ano XLIV, n. 239 , p. 8-27.
- Bergamo, Regiane Banzatto. (2010). *Educação especial: pesquisa e prática*. Curitiba: Ibpex.
- Brasil. (2008). *Regulamento dos Colégios Militares (R-69)*. DEP. http://www.depa.eb.mil.br/images/legislacao/R-69_atualizado.pdf.
- Brasil. (2014). Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Projeto Educação Inclusiva no SCMB (circulação interna).
- Braz, Marcio Alexandre de Lima. (2018). Estratégias de gestão para implantação da educação inclusiva no CMRJ. *Revista Babilônia*, ano 6, nº 6, p.17 – 28.

- Braz, Marcio Alexandre de Lima. (2017). *Educação Inclusiva nos Colégios militares: ações administrativas voltadas à implementação do processo no CMRJ*. [Trabalho de Conclusão de Curso Pós graduação especialista em Pedagogia Escolar]. Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias. (circulação interna).
- Celestino, Sabrina. (2017). Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar: Refletindo sobre a importância de ações interdisciplinares e intersetoriais. *Revista Científica Fundação Osório*. Rio de Janeiro, v.2(1), p. 28-37. <http://ebrevistas.eb.mil.br/rcfo/article/view/2383/1925>
- Creswell, John W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Colégio Militar do Rio de Janeiro. *SEMANA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA*. <http://www.cmb.eb.mil.br/index.php/artigos/455- semana- da-inclusao>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- Cunha, Karenine Miracelly Rocha da. (2017). CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL E FORTE DUQUE DE CAXIAS. In: CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da; RAMOS, Luis Felipe Simões (Org). *EDUCAÇÃO INCLUSIVA: avanços e desafios*. Rio de Janeiro:Centro de Estudo de Pessoal, p. 11-12.
- D’Osso, Gleibson Fernandes. (2019). *EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA: AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA CAPACITAÇÃO LATO SENSU NO DESEMPENHO PROFISSIONAL DOS CONCLUDENTES*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Pós graduação especialista em Ciências Militares]. Escola de Formação Complementar / Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.
- Estado-Maior do Exército. (2013a). EME. Boletins do Exército. *Portaria nº 183-EME, de 6 de setembro de 2013*. http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php.
- Estado-Maior do Exército. (2013). EME. Boletins do Exército. *Portaria nº 122-EME, de 26 de junho de 2013*. <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1666/1/be27-13.pdf>
- Fernandes, Mascarenhas Edicléa; Orrico, Helio Ferreira. (2012). *Acessibilidade e inclusão social*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Descubra.
- Fernandes, Sueli. (2013). *Fundamentos para educação especial*. Curitiba: InterSaberes– (Série Fundamentos da Educação).
- Fernandes, S. S. (mar. 2016). Entrevista com o Chefe do DECEX. *Revista Da Cultura*. Edição 26. http://www.funceb.org.br/images/revista/29_REV_FUNCEB_5i2l5n.pdf.
- Gil, Antonio Carlos. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed, São Paulo: Atlas.
- Gil, Ernesto de Lima. (2017). PREFÁCIO. In: Cunha, Karenine Miracelly Rocha da; Ramos, Luis Felipe Simões (Org). *EDUCAÇÃO INCLUSIVA: avanços e desafios*. Rio de Janeiro: Centro de Estudo de Pessoal, p. 13-16.

- Gilberto, Cardoso. (2016). O futuro. In DEPA. *Sistema Colégio Militar do Brasil: do gêsese ao futuro*. Rio de Janeiro: BIBLIEx.
- Gonçalves, L. C. G. (2016). Rendimento escolar e procedimentos pedagógicos. XXVI CEDEPA. <https://mail.google.com/mail/u/0/?ogbl#inbox/FMfcgzGkXmbCSHmvNHlrvbGTrxQzLxfk?projector=1&messagePartId=0.1>
- Lima, Letícia Aparecida Alves., *et al.* (2018). A Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil: o estudo de caso sobre o Atendimento Educacional Especializado. *Revista Espacios*, [S.I.], vol. 39, nº 25, p. 1-9.
- Lakatos, Eva Maria. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. 8 ed. São Paulo: Atlas.
- Lozada, Gisele. (2018). *Metodologia científica*. [recurso eletrônico]. Gisele Lozada, Karinada Silva Nunes; {revisão técnica: Ane Lise Pereira da Costa Dalcul}. Porto Alegre: SAGAH.
- Mantoan, Maria Tereza Eglér; Prieto, Rosângela Gavioli. (2006). *Inclusão escolar: pontose contrapontos*. São Paulo: Summus.
- Malheiros, Bruno Taranto. (2011). *Metodologia da pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: LTC.
- Medeiros, Janiara de Lima. (2021). *A reforma do ensino médio: Estudo crítico da lei nº 13.415/2017*. Rio de Janeiro: e-Publicar.
- Medeiros, J. L. (2019). Formação para o Trabalho x Formação para a Vida: Do princípio educativo do trabalho à educação emancipatória. *Mauritius: Novas Edições Acadêmica*.
- Medeiros, J. L. (2017). Desafios para o Gestor de Ensino na Educação Inclusiva: integrar ou incluir alunos com deficiência na era tecnológica. In: Karenine Miracelly Rocha da Cunha, Luís Felipe simões Ramos (Org.). *Humanis – Educação Inclusiva: avanços e desafios*. 1ed. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal, v.1, p.215-234.
- Mello, Cheila Dionisio de. (2019). O processo de implantação das políticas de educação inclusiva no Colégio Militar de Curitiba: o olhar dos estudantes. [Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação em Educação, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação, Universidade Federal do Paraná]. Curitiba. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62047>
- Ribeiro, Ricardo de Queirós Batista. (2017). FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA O ATENDIMENTO AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA. In: Cunha, Karenine Miracelly Rocha da; Ramos, Luis Felipe Simões (Org). *EDUCAÇÃO INCLUSIVA: avanços e desafios*. Rio de Janeiro: Centro de Estudode Pessoal, p.41-66.
- Silva, Maria Aline da. (2010). *Educação Especial e Inclusão Escolar*. Curitiba: IBPEX.

Silveira, A. R. M.; Silva, J.A.C. (Nov/2014). É possível ser plenamente inclusivo no Sistema Colégio Militar do Brasil? *EDUCARE – Revista Científica do Colégio Militar de Fortaleza*, Fortaleza, ano 6, nº 10, p. 60-69.

Souza, Celina. (jul/dez 2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto alegre, ano 8, nº 16, , p. 20-45.

<https://janimedeiroseducacao.com.br/> Acesso em setembro de 2021.